

levantou-se, saltou para a  
noite, sob o espanto da  
mulher e dos meninos.  
Ritinha esperava. Não  
esquece nunca, na volta  
do pai, com o terçado, a calça  
manchada de sangue, um  
pedaço gordo de carne na  
mão. [...] — Mas com o  
couro, Antonio? [diz  
Jovenila]



# FAZENDEIROS E VAQUEIRAGEM NO MARAJÓ, de Dalcídio Jurandir

Marcus Vinnicius C. Leite\*

O presente trabalho é uma análise das representações sociais dos grupos de fazendeiros e vaqueiros a partir do romance *Marajó* (1947) de Dalcídio Jurandir. Ele se pauta por uma abordagem intertextual ao articular este romance com outros textos sobre a Ilha de Marajó, como *A fazenda Aparecida* (1955) e *Marajó em tempo de Muratã* (1974). Enfocamos, primeiramente, a percepção do poder pelo grupo dominante dos fazendeiros e sua relação com os subalternos. Segundo, expomos a situação social dos vaqueiros e suas formas de resistência às relações de poder.

## Palavras-chaves

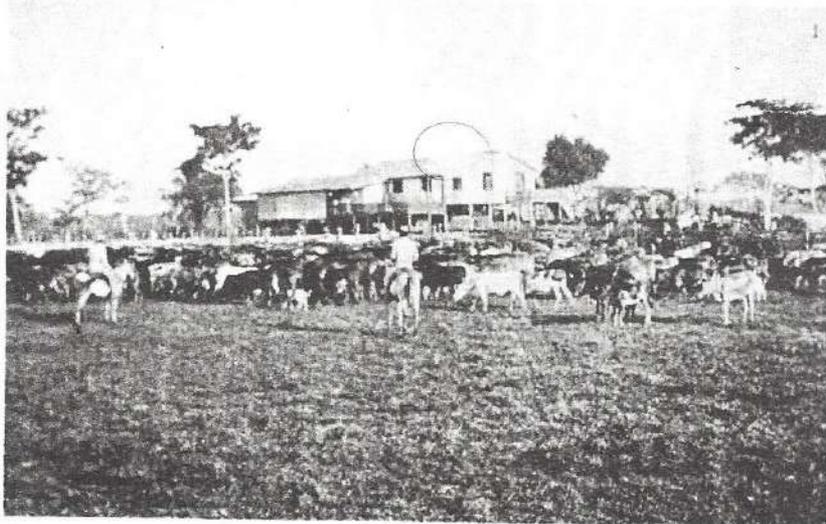
Marajó, Dalcídio Jurandir, fazendeiro, vaqueiro.

\* Professor da UNAMA e FACL

O presente trabalho é uma análise da situação social de fazendeiros e vaqueiros exposta no romance *Marajó* (1947), de Dalcídio Jurandir. Enfocaremos, também, outros romances, sobre a Ilha de Marajó, como *A fazenda Aparecida* (1955), de João Vianna, e *Marajó em tempo de Muratã* (1974), de José Carlos Cardoso. Nossa perspectiva analítica é entender a literatura não como um documento histórico ou sociológico e, muito menos, tendo sido produzida por um escritor na intencionalidade de sê-lo. Ela é uma escrita autônoma, mas social. Isto é, não tem nenhuma obrigação de representar o real, mesmo que parta dele ou para além dele. A literatura está direcionada na construção do seu efeito artístico, através de representações. Enfocaremos, no presente artigo, primeiramente, a percepção do poder pelo grupo dominante dos fazendeiros marajoaras e sua relação com os subalternos. Segundo, expomos a situação social dos vaqueiros e suas formas de resistência às relações de poder.

### O PODER DOS FAZENDEIROS MARAJOARAS

No romance *Marajó*, tem-se a narrativa da formação da personagem Missunga, de sua luta para se impor ao poder do seu pai, Coronel Coutinho, até assumir a posição de herdeiro, como Manuel Coutinho Filho. Portanto, neste romance "reina" Missunga. No primeiro capítulo, tem-se apresentação da personagem: "— Missunga, ó Missunga!" (JURANDIR, 1992, p.9)<sup>1</sup>, Coronel Coutinho chama-o. O apelido dado por Guíta, sua



amiga de infância, de significado africano que quer dizer *príncipe* (SALLES, 1992). Tal apelido é reforçado pelo pai que dizia quando seu filho saía para caçada: "— Lá vai o Príncipe para as suas caçadas reais, ele pensa que é no tempo das Cortes de França..." (M, 32). A fazenda Paricatuba é a sede do reino dos Coutinho, reino este que se espalha da vila de Ponta de Pedra, na qual o Coronel é seu Intendente, às várias fazendas de gado no entorno do lago do Arari.

Coronel Coutinho estava incomodado com a presença do filho no Marajó, depois da temporada na cidade para estudar. Sua demora na vila poderia fazer o "povinho" tomar liberdade de pensar coisas. Com isso, refletia o Coronel: "Perdia o ar de necessário respeito e distância que deve haver entre pessoas de categorias diferentes" (M, 30). O velho Coutinho tinha uma "teoria", em conversas com os amigos, "insinuava que a vantagem do **prestígio** está em manter certa distância entre o prestigiado e prestigiadores" — descreve o narrador (M, 30, grifo nosso). Usando a figura do Papa, para exemplificar esta concepção, dizia: "Que seria do Papa se estivesse sempre aparecendo ao povo? [...] Que seria do Sumo Pontífice se não tivesse

<sup>1</sup> De agora em diante será abreviado para M, seguido pela página.

a guarda suíça, a pompa, o Vaticano?” (M, 30). A sua “teoria” era uma exposição da sua maneira de explicar o seu poder e justificar a hierarquia social que considera tão natural e que recobria as desigualdades sociais. O poder do Coronel era assentado em um cerimonial que participava sua mulher, D. Branca, “madrinha do povo” da redondeza, Vejamos:

*Tardes de domingo, sentada na sua poltrona, no velho alpendre [...], D. Branca recebia as velhas comadres, as afilhadas que sentavam pela escada, nos bancos, nas esteiras, contando casos, lhe pedindo roupa velha, retalhos de seda, sapatos usados, remédios. Algumas traziam almofadas para tecer renda que D. Branca comprava. [...] Os curumins lhe traziam ingênuos feixes de miriti com que ela mandava fazer gaiolas, barquinhos, presentes da terra para os amigos em Belém. Traziam frutas silvestres, plantas, um filhote de quatipuru, uma ariranha e pediam em troca latas de biscoitos vazias, caixas vazias de figo, vazios carretéis de linha, os papéis coloridos dos embrulhos de D. Branca que tanto os maravilhavam (M, 27).*

As deferências do povo aos poderosos locais expressam uma maneira de relações de poder assentada no personalismo. Haja vista, quanto mais “o homem é detentor de poder ou de privilégio, tanto mais é marcado como indivíduo, por rituais, discursos, ou representações plásticas” (FOUCAULT, 2004, p. p.160). Esta era a característica do regime feudal. E no dizer da personagem *Seu Felipe*, um parente pobre dos Coutinho: “Coronel queria ter o povo na mão. Terra por terra ele tinha que enjoava. Queria terra que tivesse povo. Povo ficava agarrado a ele como turu dentro do pau” (M, 35). Não era atoa que ele sentiu, após a morte da mulher, “a ausência das afilhadas de D. Branca que iam a Paricatuba aos domingos tomar a bênção” — arremata o narrador (M, 28). O respeito é a atitude sempre ressaltada pelos grupos dominantes. Por exemplo, os relatos biográficos da proprietária da fazenda *Tapera* em Soure, Dita Acatuassú (1998, p.36): “O ‘tomar a bênção’ era sinal de respeito, aos patrões, aos padrinhos”. Esta questão é presente, também, no romance *A fazenda Aparecida*, de 1955, de João Vianna (1998), no qual a esposa e a filha da personagem Zé Martinho vêm ao encontro do Major Leocárdio: “Nhá Raimunda enrolou o cabelo, fez um pitó atrás da cabeça, e veio, a pressa, cumprimentar o Major. Botão tomou-lhe a bênção”. (VIANNA, 1998, p. 48). A imagem da Ilha como um grande domínio privado é recorrente, o próprio narrador de *Marajó* afirma algo assim: “Marajó para Coronel Coutinho e alguns fazendeiros grandes era um mundo à parte, privado, lhes pertencia totalmente” (M,28).

Fica claro agora por que o escritor, norte-americano Desmond Holdridge, que viveu entre 1920 e 1940 no Pará, ao escrever sobre a Ilha do Marajó chamou seu livro de *The Feudal Island*, publicado em 1939. O livro trata da Ilha do Marajó, a qual é vista como um espaço de anacronismo social: “uma sociedade feudal operando hoje prosperamente e pagando dividendos [...]. É feudal no lado das propriedades, na autoridade absoluta dos proprietários, na independência de cada rancho do resto do mundo.” (apud PEREIRA, 1956, p.49, n.10, tradução nossa). Contudo, não concordamos com esta nomenclatura de feudal à Ilha, mas não podemos deixar de concordar com Alfredo Wagner de Almeida, ao dizer que os fazendeiros de Marajó “além de detentores tradicionais do poder político local, controlavam imensas extensões territoriais destinadas principalmente à pecuária [...] e monopolizavam o acesso aos três recursos naturais prevaletentes: solo, florestais e hídricos” (SUDAM/PNUD, 1998, p.10).

Retornemos ao romance *Marajó*.

Quando de um debate entre Coronel Coutinho e seu filho, aquele disse: "Pensa que fazenda em Marajó é criação de gado na Inglaterra?" (M, 206). Esta pergunta irônica do velho Coutinho é paradigmática da situação do grupo dos proprietários. Vejamos

Em um outro romance de Jurandir, *Três casa e um rio* (1958), é apresentado a personagem de Eduardo Meneses, herdeiro da fazenda *Marinatambalo*. Esta personagem fora estudar na Inglaterra ainda adolescente, e lá, ficou isolado da situação econômica da família. Vivia de uma bolsa, herança da mãe, que lhe possibilitava os estudos no campo da agronomia. Contudo, fantasiava retornar e assumir a fazenda que trazia na memória e dos *souvenirs* da Ilha, presenteados pelo pai nas viagens que fazia a Londres. Construía para os colegas ingleses uma visão idílica da Ilha do Marajó. Comparando-a a um paraíso<sup>2</sup>. Quando a olhava no mapa do Brasil, dizia:

*Era a ilha que se atravessava no meio da luta entre o Atlântico e o Amazonas para que os dois rivais fizessem as pazes, deixando-a estirar vagarosamente as suas terras. Mal nascendo nos charcos de Breves, madura nos tesos de Ponta de Pedras e no barranco de Joanes, desenhando os campos de Cachoeira, as dunas de Soure, inchada de mondongos, Marajó que lhe parecia de lodo e aninga, búfalos, cemitérios, indígenas e bandos de aves pernaltas dominando a encharcada paisagem. [...] Seu aquele selvagem território (JURANDIR, 1994, p. 248)<sup>3</sup>.*

Quando imaginava como iria administrar a sua bela *Marinatambalo*, dizia: "Farei mínimas reformas. Quero a fazenda com essa cor marajoara e tudo farei para que fique mais primitiva, mais colonial e meio indígena" (TRC, 247). Seguiria, quanto ao modelo de exploração da força de trabalho, os métodos da colonização inglesa na África, contudo, haveria uma grande diferença,

*entre a cidade inglesa e a fazenda marajoara era que, enquanto os operários da cidade se tornavam cada vez mais exigentes com salários tão altos, na fazenda os vaqueiros pareciam mais felizes na sua vida primitiva, exigindo cada vez menos o pouco de que necessitavam. Acreditava na inferioridade das raças de cor, sobretudo dos mestiços (TCR, 247-248, grifo nosso).*

Com a morte do pai, resolveu voltar a sua Ilha imaginária. Porém, tem uma decepção, quando encontra sua fazenda em ruínas. A família tinha arruinado a sua "herança". Ele se perguntava o que seria dele agora, o que faria, já que só foi ensinado a ser proprietário. Dizia a si mesmo que o conhecimento que adquiriu "foi como água num copo sujo. Ninguém pode bebê-la. Está contaminada" (TRC, 348). Sua cultura inglesa era um verniz, que precisava se livrar:

*Deveria era ter se educado nos igapós da fazenda, no lombo dos animais e das canoas, agüentando sol e chuva nos lavradões marajoaras, pés gretados e grossos como aqueles troncos que via encordoados pelos cipós (TCR, 305).*

<sup>2</sup> Dita Acatauassú (1998, p. 28) reproduz a mesma imagem da Ilha, na década de 1930: "o Marajó d'antanho, era o próprio paraíso...".

<sup>3</sup> De agora em diante será abreviado para TCR, seguido pela página.

Se comparamos a situação da personagem Eduardo Meneses com a de Missunga veremos quanto os predicativos de uma educação formal (título de doutor) só era necessário como elemento simbólico ou de *status* no reconhecimento social. No trato cotidiano com as coisas da fazenda eram outros os requisitos, digamos mais práticos. O perfil da fazendeira marajoara, Sue Ann de Miranda Tibery, pode ser esclarecedor, na reportagem de Tatão de Oliveira (1993, p. 51):

*Ela garante poder conferir, só de passar a vista num curral, se falta algum animal, graças ao treinamento da infância [distinguir pela silhueta o cavaleiro ao longe]. [...] Em seu aprendizado prático para fazendeira, Sue Ann desenvolveu outras habilidades, as corriqueiras: montar a cavalo, ferrar o gado, cortar as orelhas, orientar a castração e, se for preciso, laçar e trazer um boi arrastado ao cavalo.*

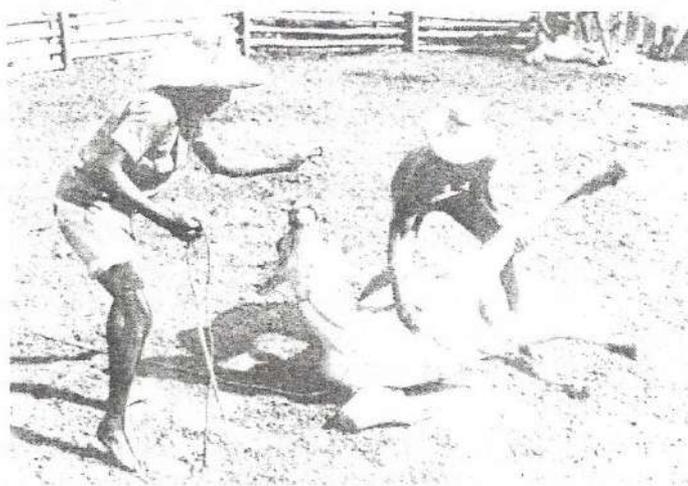
No romance *Marajó*, o velho Coutinho deseja ver o filho “doutor”, na medida em que o título era elemento distintivo dentro de sua classe, pois os Teixeira, os Menelau e os Leão se vangloriavam disso. Ele queria ver o diploma e

*ter o gosto de comprar o anelão de bacharel. Missunga advogando as suas questões. Ou de beca, no júri, defendendo os réus amigos. Era deputado pelo PRF, o filho não poderia substituí-lo com melhor capacidade? Missunga secretário-geral, deputado federal, líder da câmara...” (M, 21)*

Todavia, esses projetos eram do Coronel e não do filho. O seu retorno à Ilha, decorria depois de anos de boêmia, de várias amantes e de consumir várias boiadas nas cidades de Belém e do Rio de Janeiro, sem nunca estudar.

### A lide da vaqueiragem marajoara

A representação da condição da vida de vaqueiro marajoara é apresentada, de uma forma mais intensa e explícita no romance *Marajó*. As personagens dos vaqueiros acendem as páginas do *Marajó* a partir do vigésimo nono capítulo. O Coronel Coutinho e o filho, Missunga, estão visitando as suas fazendas entorno do rio Arari. O capítulo abre com a reunião dos gados “asselvajados” que se encontrava intocado nos campos — principalmente nas “ilhas-de-mata” (pequena área de mata no meio do campo). Os vaqueiros punham os gados na “esteira” cercandoo e conduzindo-os para o curral “para a ferra, assimilação [sic], a castração dos novilhos, cerração dos chifres, contagem” (M, 205)<sup>4</sup>. Ouvindo os “eias” da vaqueiragem tocando o rebanho, o filho do Coronel lembra a conversa com o pai no dia anterior, na qual dizia ao pai que queria administrar as fazendas. Tiraria o capataz Manuel Raimundo, vista que lhe roubava reses e assumiria o seu lugar. O velho Coutinho responde-lhe que o feitor lhe é muito útil e lhe dá segurança nos seus negócios, principalmente no trato com a mão-de-obra. Ele parece, afirma o Coronel,



<sup>4</sup> A palavra *assimilação* deve ser um erro tipográfico, pois a palavra mais apropriada é *assinalação*: “recorte na orelha da rês que indica a queu fazenda ela pertence” (MIRANDA, 1968, p.6). A evidência está no texto jornalístico de Dalcídio Jurandir que usa corretamente o termo (JURANDIR, 1943, p.82).

*um general em campo. É analfabeto o homenzinho. Mas que tino para tratar de gado. Como sabe trabalhar. Com vaqueiro ele diz duas palavras. Escreveu não leu, já sabe. Nossos gênios se combinam tão bem. Tem seu gadinho... Que gaste... Furtar-me? Que desfalque de gado já me fez que me abalasse? Dou-lhe tudo quanto quiser (M, 108).*

Finaliza, dizendo: “— De qualquer maneira você não pode se comparar com ele. Sua posição é outra” (M,109). Aqui fica claro que os planos do Coronel para o filho não são para o trabalho. Analisemos o lugar-tenente do Coronel, Manuel Raimundo.

Ele fora seringueiro e havia fugido da “escravidão das dívidas”. Passara um tempo no Anajás, também foi soldado de polícia até tornar feitor e, depois, administrador das mais de setenta fazendas do Coronel. Sabia agir com desenvoltura e dureza no trato dos negócios, mesmo sendo analfabeto. Tinha obtido a confiança cega do patrão. Sabendo disso, podia dizer que “a disciplina de uma propriedade, deve ser uma questão do administrador e não do filho do proprietário” (M, 230). Ele falava isso para não ter suas ordens de demitir dois vaqueiros contrariadas por Missunga. “Aqui deve haver ordem, senão eles montam em nosso cangote. [...] Se você me desmoralizar uma ordem, a disciplina está perdida” (M, 231-2).

Essa relação entre fazendeiros, feitores e vaqueiros, na Ilha de Marajó, é enfocada também por uma personagem-proprietário de nome Pedro Paranhos, do romance *Marajó em tempo de Muratã*, de Jose Carlos Cardoso (1974) — descendente de uma tradicional família de fazendeiros do Marajó. A citada personagem comentando o *sui generis* relacionamento entre patrão e empregado que havia antes dele assumir a fazenda do pai — provavelmente na década de 1960 —, o qual irá abnegar. O fazendeiro era, afirma a personagem Pedro Paranhos,

*um dependente de seus empregados. Estes, por sua vez, cômicos de sua importância, traziam o patrão pelas mãos. Era o empregado que sabia das condições da boiada, da situação dos bezerras, da dispersão do gado, da situação da cavaliada, etc... o fazendeiro, por sua vez, cuidava de envolve-los numa dependência quase absoluta que partia o terreno puramente econômico e expandia-se pelas áreas mais diversas, incluindo a doméstica (CARDOSO, 1974, p. 82).*

Essa estrutura de organização social, informa-nos o publicista Dalcídio Jurandir (1943), em artigo ao *Observador Econômico e Financeiro*, é a persistência da rotina dos tempos coloniais. Examinemos melhor esta afirmação.

Padre João Daniel (2004, v.2), no seu *Tesouro Descoberto do Máximo Rio Amazonas*, no qual relata suas experiências no Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1739 e 1755, expõe a rotina de uma fazenda de gado no Marajó. Ele apresenta a estrutura social montada entorno dos currais próximos dos arraiais, nos quais residem a família do proprietário, do capataz e dos “curraleiros” (como chama os vaqueiros). Os currais também são postos estrategicamente à margem de rios, para a criação ser melhor transportada. O capataz junto com os outros trabalhadores são responsáveis pela vigia do gado contra animais e os atoleiros, correndo a campina a cavalo para cercar a boiada tocando para o curral. Segundo Padre João Daniel (2003, v.2, p.108), o capataz era, normalmente um branco europeu, que era contratado “com o ajuste de lhes darem os quartos das crias de cada ano; e eles pelo grande interesse que no contrato lucram põem mais cuidado na vigilância, e benefício do gado”. O naturalista inglês Alfred Wallace (1979) visitando, em 1848, uma fazenda de gado, na ilha de Mexiana, observou o mesmo *modus faciendi* descrito por Padre João Daniel.

Já no começo do século XX, como nos informa Miranda da Cruz (1999), o fazendeiro ainda residia na fazenda e mantinha seus vaqueiros com o “rancho” (gênero de primeira necessidade) e alojamento para suas famílias; contudo após 1940, a relação com os vaqueiros mudou:

*São uns assalariados sem direito a nada, apesar de terem a carreira profissional assinada, não recebem seus salários mensalmente, continuam as prestações de contas anuais, como no sistema anterior a grande maioria dos vaqueiros ficam devendo em tudo a fazenda, ficando todo tempo preso aquela situação (MIRANDA DA CRUZ, 1999, p. 335).*

Retomemos o romance guia deste trabalho.

Acompanhemos a narrativa da história do vaqueiro Antônio, vulgo *Parafuso*. Ele vivia “remanseando”, quando atravessou o caminho do Coronel Coutinho, que o interpelou “— Ah, és o tal de Parafuso. E malandro. Não serve pras minhas fazendas. Não cria amor ao gado, à fazenda. Aposto que és um folião, ein? Parafuso riu e sentiu de perto o quanto era poderoso aquele branco” (M, 238). Ele tinha vindo do Anajás. “Já taludo, encilhava cavalo, sentava sela, ensebava corda, encurtava rédea, botava as marcas no fogo em tempo de ferra, se atirava pros campos e lagoas, farras, embarques e pescarias”. Contudo, para assumir trabalho em fazenda nem pensar, pois “via muito bem como os outros caíam arrebetados e podres” (M, 239). Antônio apreciava era a época das férias dos filhos dos fazendeiros. “Parafuso se aproximava dos estudantes, ganhava camisas velhas, lenços de seda, gravatas, um palinha, um pente quebrado, um cinturão. Generosas lembranças dos meninos fazendeiro”. Porém, sua vida iria mudar ao conhecer a filha do pescador Zacarias, Jovenila. Quando ela “lhe passou a mão pelo cabelo duro, cabelo de espeta, ele disse adeus à vida macia” — constata o narrador (M, 240) (Figura 30).

Saltemos alguns anos de trabalho para o Coronel Coutinho e quatro filhos. Mais precisamente, o dia que Parafuso foi demitido da fazenda S. Maçal. A voz de Manuel Raimundo, administrador do Coronel, ao mandá-lo embora retumbou no seu ouvido, como água: “Vaqueiro não podia aumentar a família, desfalcava o rancho”. Pelo cálculo do administrador, sua “conta no rancho passava de dois alqueires de farinha, três barras de sabão, dois quartilhos de querosene, dois metros de morim e tudo isso aumentaria com quatro filhos que comiam e vestiam como pessoas grandes” (M, 236). Quando sai com a família da fazenda ecoava as palavras do administrador “ ‘Vaqueiro não pode ter família’ ”. Antônio sacudiu as palavras do administrador, pensando:

*Quantos anos vaqueirando. Chovesse ou fizesse sol, era ali, queimando chifre de gado para defumar os currais, procura vaca parida pelos campos, quando não amansa poldro, rodeava, ia correr pelo mato e igapó atrás do gado arisco, desatolar bezerro nos lagos podres. Chifradas, postemas, febres, moição do corpo, tudo isso se curava na natureza (M, 236).*

Subitamente, o vaqueiro queria se livrar da metade da filharada. Até tentou livrar-se da única filha, Rita, que foi pedida pelo canoeiro aos pais da menina: “Vocês me dão que eu levo ela pra Belém. Conheço quem precisa de uma menina assim” (M, 241). Mas a “peste” relutou e os pais deixaram ficar. A noite caiu e com ela a fome. Estavam longe da casa do irmão. Então, de repente, Parafuso

*levantou-se, saltou para a noite sob o espanto da mulher e dos meninos. [...] Ritinha esperava. Não esquece nunca mais a volta do pai, com o terçado, a calça manchada de sangue, um pedaço gordo de carne na mão. [...] — Mas com o couro, Antonio? [diz Jovenila] (M, 242-3).*

Depois, Rita teve de ouvir do tio: “— Teu pai é o culpado do que acontece a vocês. Um ladrão de gado” (M,243).

A narrativa da história da personagem do vaqueiro Antonio, o Parafuso, cruza-se com o fim da personagem de um outro romance, *Fazenda Aparecida*, o velho vaqueiro Zé Martinho. Ele havia sofrido um acidente e se encontrava impossibilitado no trabalho da fazenda que anos a fio se dedicará como encarregado. Segundo o narrador: “Mandou escrever uma carta para Belém, contando ao patrão sua desventura, e este mandou-lhe alguns mil réis que suavizaram os apertos de uma semana”. (VIANNA, 1998, p. 183). Mas não passou disso. Para a família sobreviver só restou a filha se prostituir. Na narrativa do romance aparece um fala panfletária da personagem Juliano Valente, que nada faz concretamente a favor do velho vaqueiro moribundo:

*Não se compreende que um homem, como o senhor, possa nascer e viver no trabalho construtivo de uma fortuna particular, empregue-se de corpo e alma no seu desenvolvimento, faça disso o seu único entretenimento e, quando alcançado pelas malhas dum infortúnio cruel, não tenha uma lei que o socorra, um direito que o assista, tudo porque a legislação trabalhista houve por bem considerá-lo trabalhador rural!” (VIANNA, 1998, p. 184-185).*

Porém, quais são os pontos de resistências dos grupos dominados. Identificamos três: a sátira através do estilo musical, chamada *Chula*, a *quebra* de gado na hora do embarque e, claro, o roubo de gado exposto acima. Vejamos.

Segundo James C. Scott (2002), em “Formas cotidianas de resistência camponesa”, diz que os atores sociais podem apresentar o “fazer ‘corpo mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza” (SCOTT, 2002, p. 12). Uma interprete do antropólogo americano, Marilda de Menezes (2002) informa que as interações dos atores, presente no trabalho de Scott, que “são analisadas como uma teatralização, em que os indivíduos se utilizam diversas máscaras para lidar com as situações de poder” (MENEZES, 2002, p.34). Portanto, a prática da deferência da benção, tão valorizada pelo grupo dominante, pode ser apenas uma máscara ou transcrição pública (SCOTT, 2002).

Então, uma forma de resistência é as letras das músicas dos tocadores de chula. Esta é uma música popular de origem portuguesa, com um tom satírico ou zombeteiro — “as chulas corriam os campos, batiam bem fundo no coração do povo” (M, 208). No século XIX, era um estilo apropriado pela melodia dos cantadores negros que a utilizavam através de uma

*espécie de viola primitiva, da qual tiram apenas três ou quatro notas, repetindo-as horas a fio, na mais enfadonha monotonia. Em cima dessa pobre melodia, improvisam uma letra, geralmente relacionada com os acontecimentos daquele dia. Os feitos dos brancos são os temas mais frequentes dessas canções (WALLACE, 1979, p.68)*

Entre esses cantadores de chula, podemos encontrar uma personagem em *Marajó*, o vaqueiro Ramiro, e outra, Armiro Ferreira, em *Fazenda Aparecida*. Este era, ressalta o narrador, “um vaqueiro do Açaitéua, lá para os confins de Anajás, e, quando aparecia na vila, as famílias

mandavam-no convidar para beber um ‘mata-bicho’ e cantar chulas” (VIANNA, 1998, p. 34). Os versos de suas músicas “seus versos em nada agradam as pessoas visadas, são entusiasticamente aplaudidas pelos admiradores desse estilo poético” (VIANNA, 1998, p. 35).

O vaqueiro Ramiro é descrito pelo narrador (M, 208):

*não tinha emprego certo nas fazendas. Quando a necessidade era muita, a ponto de não ter mais uma camisa curta, ia ajudar os seleiros. Tido como bom curtidor, armando bem um celim. Sangrava bois velhos pras matalotagens<sup>5</sup> do Coronel Coutinho e gostava de se vingar também dos fazendeiros ruins [...].*

Ele estava provisoriamente nas terras dos Coutinho, contudo fora expulso pelo Manuel Raimundo. Segundo a personagem Gaçaba — vaqueiro de “varra e ferrão” (M, 205), sinônimo de excelência —, seu amigo, o motivo foi medo. “Medo da língua e da música de Ramiro, seus instrumentos lhe davam aquela liberdade, aquela cadência, aquela franqueza que os brancos temiam. As chulas de Ramiro falavam dos vaqueiros, visagens, assombrações, podres dos brancos, davam vida” (M, 244).

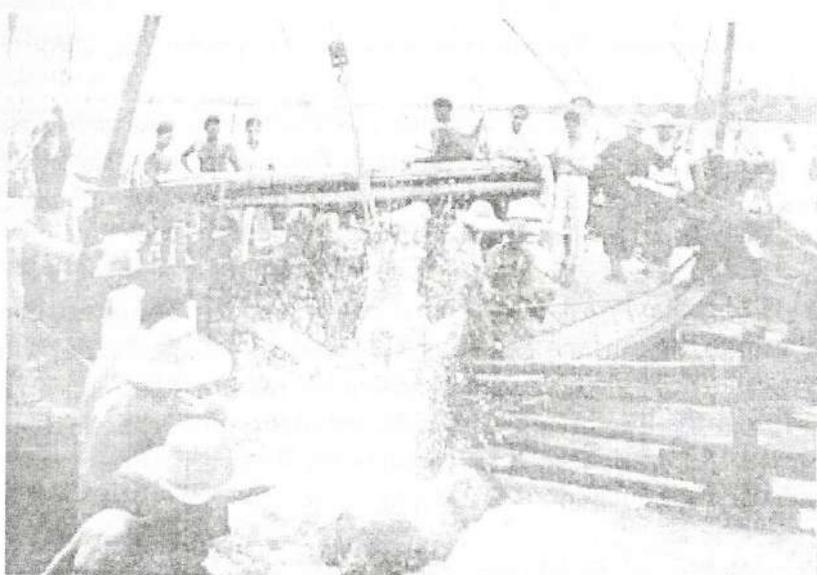
Publicista Dalcídio Jurandir (1943), em um artigo, disserta sobre a indústria pastoril, mostrando as dificuldades presentes neste empreendimento, como o embarque do gado que ocorre “durante o dia nas ‘caiçaras’ (portos de embarque) à beira dos campos [...]. Depois dos ásperos trabalhos do embarque feito pela perícia e coragem dos vaqueiros, os barqueiros fazem a travessia da baía de Marajó” (JURANDIR, 1943, p.80) — ver Figura 24 e 25. O mesmo procedimento já era usado desde da época colonial.

Gaçaba e Ramiros estavam, agora, trabalhando para o primo do Coronel, Capitão Guilherme. Era tempo de apartação do gado para o embarque. “As baetas<sup>6</sup> vermelhavam ao sol, as cordas giravam no ar, as marcas esbraseavam na fogueira, o gado mugia e bufava aos montes nos currais poeirando” (M, 247). Como o Capitão era muito ruim para os vaqueiros, “Gaçaba combinava com os vaqueiros: o coirão velho nos paga. Quebra, sem pena. Uma rês quebrada é rês sangrada, é matalotagem forçada [...]. Seus companheiros rodearam a rês. Gaçaba desceu do cavalo e foi peiar [sic] a bruta. Atira-lhe o relho nos traseiros, a rês espinoteia e cai com os vaqueiros em cima. — Quebrou! Quebrou!” (M, 247-248). O gordo Capitão saltava improperios contra os vaqueiros, mas não podia fazer nada, só tentar recolher a carne das reses quebradas. “Carnes sangrentas chiavam no braseiro, os homens comiam filé com pirão de leite [...], os convidados para o adjutório, trataram, então, de esconder carne e miúdos. O feitor fazia vista grossa. Em torno da carne cerrou-se uma rápida e vigilante solidariedade.” — observa o narrador (M, 248).

<sup>5</sup> A *matalotagem* é um sistema de reparte de carne de gado: “a casa-grande recebe um quarto do traseiro; o administrador recebe 10 quilos do outro traseiro; ao feitor-geral cabe o quarto dianteiro; o capataz recebe 10 quilo ‘a escolher’, e a parte que sobra fica para os vaqueiros” (PINTO, 1964, p. 65).

<sup>6</sup> A baeta abriga o vaqueiro “no inverno, da chuva e da friagem, pondo a cor mais alacre, como o lenço dos maragatos, na paisagem campestre, na linha enevoada dos horizontes (PEREIRA, 1956, p.50)

Nosso trabalho pautou-se em apresentar as representações sociais construídas a partir de romances que focam a Ilha de Marajó, principalmente, *Marajó*, de Dalcídio Jurandir. Abordamos, também, outras obras de autores paraenses sobre o Marajó. Nestes romances, as relações de poder pululam no entrecimento da narrativa. Nas dores, nos suores, nos risos do fazer cotidiano das personagens vivenciadas naqueles textos ficcionais. Permitindo ter uma boa figuração da representação sócio-histórica da sociedade que aquelas imagens são devedoras.



Nossa análise dos romances enfoca dois atores sociais: os fazendeiros e os vaqueiros. Os vaqueiros têm o seu adestramento através da sua lida com o trabalho com o gado, mas na produção estratégica do grupo dominante, eles apresentam pontos de resistências: as músicas satíricas, chulas, a *quebra* das reses e roubo de gado. Em relação aos fazendeiros, apresentamos sua "teoria do prestígio" que era uma exposição da sua maneira de explicar o seu poder e justificar a hierarquia social que considera tão natural, a qual recobria as desigualdades sociais.

A situação social representada pelos grupos marajoaras narrada nos romances estudados é exemplar. Ela expressa bem o exercer, pelo grupo dominante, do conduzir as condutas do grupo subalterno. A estratégia daquele grupo pode ser bem clarificada na percepção da personagem Edmundo Meneses de que "na fazenda os vaqueiros pareciam mais felizes na sua vida primitiva, exigindo cada vez menos o pouco de que necessitavam" (TRC, 248). Ou nas falas da dona da fazenda *Tapera*: "O serviço de campo era considerado muito importante, mas era feito com alegria e dava prazer a todos que moravam nas fazendas" e a "destreza do vaqueiro naqueles tempos era saber laçar, mesmo correndo na terroada no tempo seco, nosso chamado 'verão' ou no lamaçal do nosso 'inverno' " (ACATAUASSÚ, 1998, p. 44). Esta visão idealizada se mantinha, à medida que deixava o "serviço sujo" para seu "quadro administrativo" (feitores, capatazes etc), para lhe dar diretamente com os grupos dominados. Lembremos do "general" do Coutinho, Manuel Raimundo, que na "batalha" de administrar sua criação de gado cavalariço e vacum, utiliza-se de táticas variadas para "equacionar" a relação entre a reserva de força de trabalho (Antônio, o Parafuso, é uma "peça" descartável, alegoria bem empregada por Dalcídio Jurandir; como ele há centenas nos campos do Marajó) e a sua adestração com os recursos naturais disponível ao rebanho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, José Carlos. **Marajó em tempo de Muratã**. Viseu: Edição do Autor, 1974.
- CATAUASSÚ, Dita. **Marajó, minha vida**. Cejup. Belém, 1998.
- DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Maximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, 2 v.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 28 ed. Tradução Lígia Vassallo. Petrópolis: Vozes. 2004.
- JURANDIR, Dalcídio. **Três casas e um rio**. 3. ed. Belém: CEJUP, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Marajó**. 3. ed. Belém: CEJUP, 1992.
- \_\_\_\_\_. A Ilha de Marajó. **O Observador Econômico e Financeiro**. Rio de Janeiro, n 89, p. 77-87, 1943.
- MENEZES, Marilda A. de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**. João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 32-44, jan/jun. 2002
- MIRANDA, Vicente Chermont de. **Glossário Paraense: Coleção de Vocábulo Peculiares à Amazônia e Especialmente à Ilha do Marajó**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.
- MIRANDA DA CRUZ, Miguel E. **Soure**. Pérola do Arquipélago do Marajó. Belém: Empresa Jornalista e Editora Gráfica, 1999.
- OLIVEIRA, Tatão de. Senhora da ilha. **Globo Rural**. Rio de Janeiro, p.48-54, dezembro de 1993.
- PEREIRA, Manuel Nunes. **A Ilha de Marajó**. Estudo Econômico-social. Rio de Janeiro: Serviço de Informação agrícola, 1956.
- PINTO, Fernando. Marajó, três bois para cada homem. **Manchete**. Rio de Janeiro, p.48-65, 11/07/1964.
- SALLES, Vicente. Chão de Dalcídio. In: JURANDIR, Dalcídio. **Marajó**. 3. ed. Belém: CEJUP, 1992. p. 367-381
- SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponês. **Raízes**. João Pessoa, v. 21, n. 1, p.10-31, jan/jun. 2002.
- SUDAM/PNUD. **Transformações econômicas e questões sociais na borda do Lago Arari**. Ilha de Marajó. Belém, 1998, 2 v. Mimeografado.
- VIANA, João. **A Fazenda Aparecida**. Belém: SECULT, 1998.
- WALLACE, Alfred R. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Tradução Eugenio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.